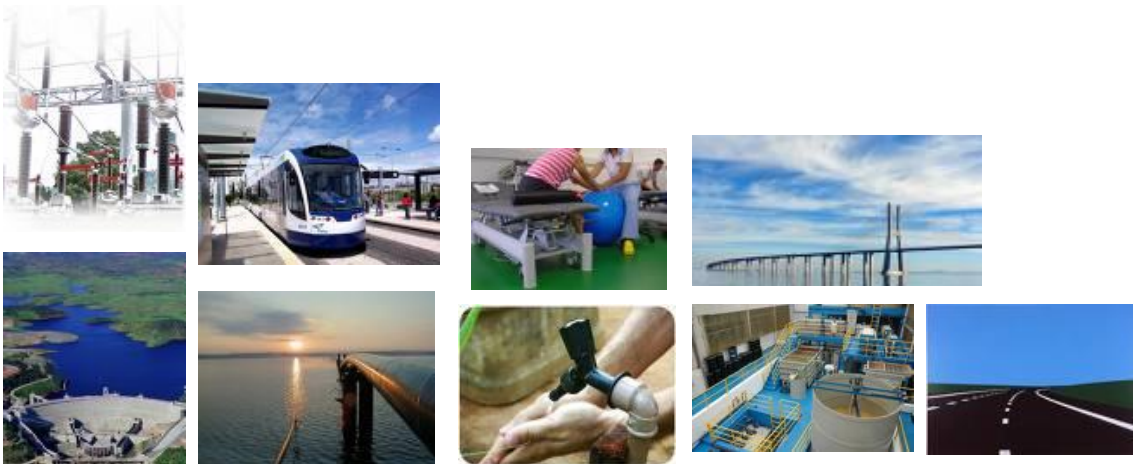


GASEPC – GABINETE DE ACOMPANHAMENTO DO SECTOR EMPRESARIAL DO ESTADO, PARCERIAS E CONCESSÕES

Boletim Informativo sobre Parcerias Público-Privadas

1.º Trimestre 2010



ÍNDICE

1. NOTA INTRODUTÓRIA	3
2. O UNIVERSO DAS PPP	4
3. EVENTOS RELEVANTES	5
3.1. Concessões Ferroviárias	5
3.1.1 Alta Velocidade Ferroviária	5
3.1.2 Outros Projectos Ferroviários	5
3.2. Concessões Rodoviárias	6
3.3. Concessões da Saúde	7
3.3.1. Projectos da 1. ^a vaga (Gestão do Edifício e do Estabelecimento)	7
3.3.2. Projectos da 2. ^a vaga (Gestão do Edifício)	7
3.4. Concessões do Ambiente	8
3.5. Concessão Aeroportuária	9
3.6. Concessões em Zonas Portuárias	9
4. FLUXOS FINANCEIROS	11
4.1. Encargos Líquidos Globais	11
4.2. Encargos por Sector	12
4.2.1. Encargos com Concessões Rodoviárias	12
4.2.2. Encargos com Concessões Ferroviárias	14
4.2.3. Encargos com Concessões do Sector Saúde	15
4.2.4. Encargos com Concessões em Zonas Portuárias	16
4.2.5. Encargos com outras Concessões	17
5. NOTAS FINAIS	19
6. ANEXOS	20

1. NOTA INTRODUTÓRIA

Neste boletim informativo, referente ao 1.º trimestre de 2010, passamos a incluir, pela primeira vez, um conjunto de 32 concessões de serviço público em zonas portuárias, adjudicadas através das empresas públicas que asseguram a administração das zonas portuárias do sistema portuário principal.

Os contratos de parcerias público-privadas (PPP) e concessões acompanhados pelo GASEPC elevam-se actualmente a 113, com inclusão das referidas concessões portuárias.

Da actividade do 1.º trimestre de 2010 merecem destaque as aprovações, em Conselho de Ministros, dos seguintes diplomas:

- Aprovação das bases da concessão do **Troço Poceirão-Caia** da rede de AVF – Alta Velocidade Ferroviárias, no eixo Lisboa – Madrid, e da concessão do serviço público aeroportuário de aviação civil, relativo às **infra-estruturas aeroportuárias**, incluído o Novo Aeroporto de Lisboa¹;
- Alterações às bases das concessões rodoviárias: **Estradas de Portugal, Costa de Prata, Norte Litoral, Grande Porto, Beira Litoral e Beira Alta, Grande Lisboa e Norte.**

Ao longo do presente boletim faremos referência às principais ocorrências verificadas em matéria de projectos desenvolvidos na modalidade de PPP e concessões no 1.º trimestre de 2010, bem como aos fluxos financeiros registados no período entre o parceiro público e as concessionárias.

Lisboa, 15 de Maio de 2010

¹ Entretanto, no âmbito das medidas adicionais ao PEC 2010 – 2013, o Governo anunciou, em Maio de 2010, a reavaliação deste projecto.

2. O UNIVERSO DAS PPP

Gráfico 2.1. Repartição do Investimento das PPP por sector

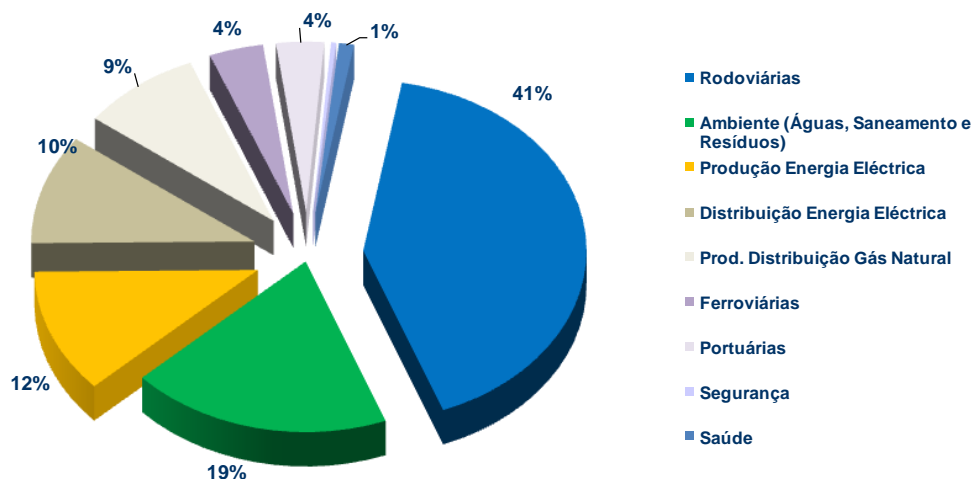
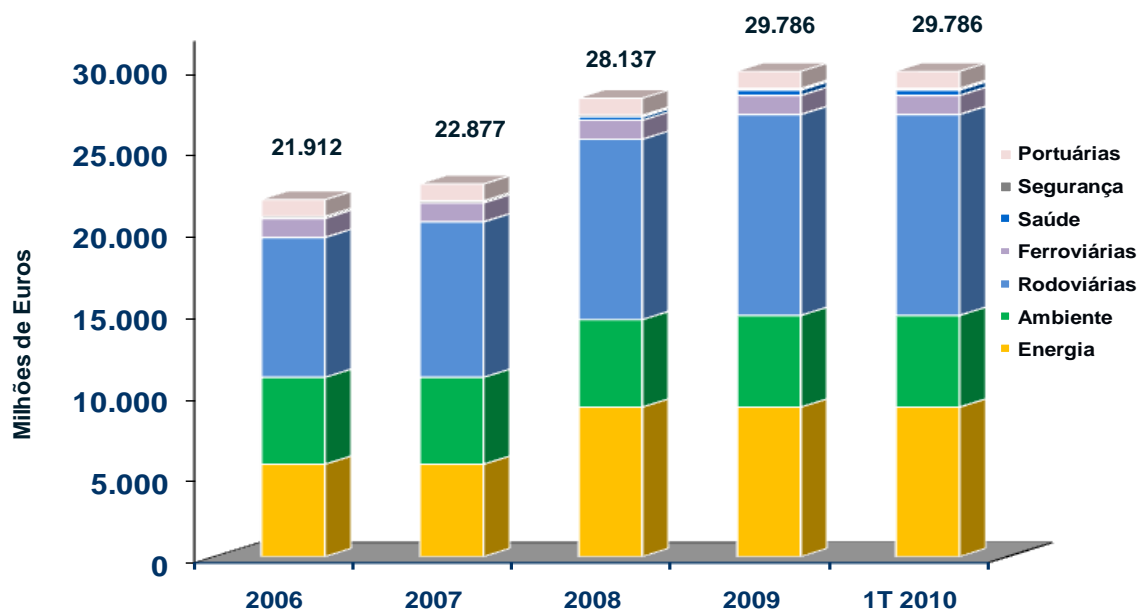


Gráfico 2.2. Evolução do Investimento das PPP



Observações aos gráficos 2.1 e 2.2:

- Os valores considerados são os constantes dos respectivos casos base (quando aplicável), ou correspondem a estimativas globais de investimentos em infra-estruturas e equipamentos instalados (valores a preços correntes sem IVA), de acordo com a informação disponibilizada pelas entidades gestoras, e incluem projectos contratados até ao final do 1.º trimestre de 2010.
- O Sector Energia inclui as actividades relacionadas com o gás natural, electricidade e hidroeléctricas (valores baseados no activo líquido 2008).

3. EVENTOS RELEVANTES

3.1. Concessões Ferroviárias

3.1.1 Alta Velocidade Ferroviária

Data	Evento
28-01-10	<p><u>Concessão PPP1 (Troço Poceirão -Caia do Eixo Lisboa - Madrid)</u></p> <p>Foi aprovado em Conselho de Ministros o diploma que define as bases da concessão do troço de alta velocidade ferroviária Poceirão-Caia, do eixo prioritário da ligação Lisboa-Madrid, cuja publicação ocorreu em Abril (Decreto-Lei n.º33-A/2010 de 14 de Abril). Esta primeira parceria público-privada da rede de alta velocidade portuguesa compreende a concepção, o projecto, a construção, o financiamento, a manutenção e a disponibilização, por todo o período da concessão (40 anos), das infra-estruturas ferroviárias, abrangendo a nova Estação Ferroviária de Évora e as infra-estruturas ferroviárias da linha convencional entre Évora e Caia, do corredor Sines - Caia.</p> <p>O agrupamento vencedor do concurso - “ELOS- Ligações de Alta Velocidade” é liderado pelas empresas BRISA e Soares da Costa (o contrato foi assinado no dia 8 de Maio de 2010).</p>

Fonte: www.rave.pt

Relativamente ao concurso referente à PPP2 (Troço Lisboa – Poceirão, do Eixo Lisboa - Madrid) encontra-se em conclusão o processo de avaliação de propostas recebidas na primeira fase, tendo sido, entretanto, anunciado pelo Governo a reavaliação deste projecto, no âmbito das medidas adicionais ao PEC 2010-2013. Por outro lado, de acordo com o PEC, os concursos referentes aos projectos das linhas ferroviárias de alta velocidade Lisboa-Porto e Porto-Vigo, serão adiados por dois anos.

3.1.2 Outros Projectos Ferroviários

Data	Evento
29-03-2010	<p><u>Fertagus – Travessia do Tejo, Transportes, S.A.</u></p> <p>Tiveram início os trabalhos da comissão de negociação conducentes a uma eventual prorrogação do respectivo contrato de concessão cujo prazo termina a 31.12.2010.</p>

3.2. Concessões Rodoviárias

Data	Evento
11-01-2010	Foi adjudicado pela Estradas de Portugal, S.A. (EP) à Ascendi, por um período de 30 anos, a Subconcessão do Pinhal Interior. O investimento previsto é de 1.244 M€, para uma extensão de 567 quilómetros, dos quais apenas 118 serão em perfil de auto-estrada.
11-03-2010	<p>Foi aprovado pelo Governo um conjunto de diplomas que alteram as bases das concessões da concepção, projecto, construção, financiamento, exploração e conservação dos lanços de auto-estrada e conjuntos viários associados, designados por Concessão EP - Estradas de Portugal, S. A. e Subconcessões Costa de Prata, Grande Porto, Norte Litoral, Beira Litoral e Beira Alta, Grande Lisboa e Norte.</p> <p>Este conjunto de diplomas visa concretizar o novo modelo de gestão e de financiamento do sector das infra-estruturas rodoviárias. Com as alterações introduzidas, as concessões Scut Costa de Prata, Scut Grande Porto e Scut Norte Litoral passam a contemplar a possibilidade de cobrança de portagens aos utilizadores, cuja receita reverterá para a EP, competindo a esta entidade remunerar as concessionárias, mediante pagamentos por disponibilidade das redes viárias em causa.</p>
26-03-2010	O contrato de concessão do projecto rodoviário Douro Interior recebeu o visto prévio do Tribunal de Contas (acórdão n.12/2010 1ª secção).

3.3. Concessões da Saúde

3.3.1. Projectos da 1.^a vaga (Gestão do Edifício e do Estabelecimento)

Data	Evento
11-01-2010	<u>Hospital de Loures</u> Ocorreu a cerimónia de lançamento da primeira pedra do futuro hospital, cujo custo de construção está estimado em 85 milhões de euros e a sua conclusão está prevista para 2012. O contrato de gestão e construção aguarda o Visto do Tribunal de Contas. A gestão do estabelecimento, foi adjudicado à sociedade SGHL – Sociedade Gestora do Hospital de Loures, S.A, enquanto a construção e gestão do edifício, ficará a cargo da HL – Sociedade Gestora do Edifício, S.A.
23-02-2010	<u>Hospital de Cascais</u> Foi inaugurado o novo hospital de Cascais, concessionado ao Consórcio formado pelo grupo HPP - Hospitais Privados de Portugal e a Teixeira Duarte. Com uma capacidade de 277 camas, seis salas operatórias, dez blocos de partos e 33 gabinetes de consultas, a unidade prevê poder realizar anualmente 235 mil consultas e 10.800 cirurgias.

Fonte: Estrutura de Missão Parcerias da Saúde

3.3.2. Projectos da 2.^a vaga (Gestão do Edifício)

Data	Evento
15-01-2010	<u>Hospital Lisboa Oriental</u> Foi homologado, por despacho do Ministro de Estado e das Finanças e da Ministra da Saúde, o relatório final de selecção das propostas do concurso para a concessão da construção e gestão do Edifício Hospitalar, o qual propõe que os dois concorrentes melhor classificados passem à fase de negociação (SALVEO – Novos Hospitais e Somaque Itinere). Identificados os aspectos do projecto que requerem ajustamentos e melhorias, procedeu-se à notificação dos concorrentes para início das negociações (Carta de Notificação de 19 de Abril).
07-01-2010	<u>Hospital Central do Algarve</u> Realizou-se o acto público de abertura de propostas referente ao concurso. Apresentaram propostas os concorrentes Agrupamento Algarve Saúde e Teixeira Duarte, Engenharia e Construções, S.A.

30-03-2010 Foi concluído o relatório preliminar de selecção de propostas dos concorrentes propostos para a fase seguinte de negociação - Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. e Algarve.Saúde (Ferrovial Agroman, S.A.) - tendo sido enviado aos concorrente para audiência prévia.

29-01-2010 **Hospital de Vila Nova de Gaia / Espinho**
Foi emitido o Relatório final da comissão de acompanhamento relativo à preparação dos documentos concursais para efeitos de lançamento do concurso.

Fonte: Estrutura de Missão Parcerias da Saúde

3.4. Concessões do Ambiente

Data	Evento
04-03-2010	Foi aprovado pelo Governo o diploma que cria a sociedade Águas do Noroeste, S. A., concessionária do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Noroeste, por fusão das sociedades Águas do Cávado, S. A., Águas do Minho e Lima, S. A., e Águas do Ave, S. A.. A sociedade Águas do Noroeste, S. A., sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, no montante de 70.000.000 euros, é participada pela AdP, Águas de Portugal, SGPS, S.A. em 56,66% e o remanescente repartido pelos municípios servidos pelo sistema.
15-03-2010	Foi publicada a Portaria nº160/2010 de 15 de Março que define os critérios para o cálculo das taxas relativas à actividade de regulação estrutural, económica e de qualidade de serviço, a pagar à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, I. P. (ERSAR, I. P.). As referidas taxas são devidas pelas entidades gestoras concessionárias dos serviços multimunicipais e municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos.
26-03-2010	Foi inaugurada a nova ETAR da Sociedade Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, empresa concessionária do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro, dimensionada para tratar 17.000 m ³ /dia de efluentes domésticos, a qual irá garantir o tratamento das águas residuais das populações da cidade de Chaves e das zonas limítrofes, constituídas no seu conjunto



por 29 localidades. O investimento ascendeu a 6,9 milhões de euros e foi co-financiado em 70% pelo Fundo de Coesão, no âmbito do Programa Operacional de Valorização do Território (POVT), ao abrigo do QREN. A sociedade é detida em 70,54% pela AdP.

3.5. Concessão Aeroportuária

Data	Evento
21-01-2010	Foi aprovado pelo Governo o diploma com as bases da concessão de serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil, compreendendo o estabelecimento, desenvolvimento, gestão e manutenção das infra-estruturas aeroportuárias dos aeroportos de Lisboa, Porto, Faro, Ponta Delgada, Santa Maria, Horta e Flores, bem como do Terminal Civil de Beja. A concessão terá um prazo de 40 anos, podendo ser prorrogado por mais 10 anos. O referido diploma foi publicado em Abril (Decreto-Lei n.º33/2010 de 14 de Abril).

3.6. Concessões em Zonas Portuárias

O presente boletim informativo integra, pela primeira vez, informação sobre as concessões de serviços público em zonas portuárias, essencialmente de movimentação de cargas, cujo enquadramento legal se encontra definido no Decreto-Lei n.º 298/93, de 28 de Agosto (que estabelece o regime da operação portuária) e pelo Decreto-Lei n.º 324/94, de 30 de Dezembro (que aprova as bases gerais das concessões de serviço público de movimentação de cargas em áreas portuárias), bem como sobre outras actividades concessionadas nas zonas portuárias.

As actividades concessionadas de movimentação de cargas nos portos nacionais do sistema portuário principal estão cometidas às sociedades de capitais públicos APDL- Administração do Porto Douro e Leixões; APA – Administração do Porto Aveiro; APL – Administração do Porto de Lisboa; APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra e a APS – Administração do Porto de Sines que actuam na qualidade de “*landlord*”.

No conjunto, as concessões portuárias movimentaram, em 2009, cerca de 61 milhões de toneladas de mercadoria.

O acompanhamento e controlo das concessões em zonas portuárias são da responsabilidade das entidades concedentes (Administrações Portuárias), cabendo ao Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos – IPTM, IP, regular, fiscalizar e exercer funções de coordenação e planeamento do sector marítimo-portuário e regulamentar as actividades desenvolvidas pelo sector.

Quadro 3.6.1. Concessões em zonas portuárias

Concessão	Concessionário	Concedente
Terminal de Contentores de Leixões	Terminal de Contentores de Leixões SA	
Terminal de Carga a Granel de Leixões	Terminal de Carga Geral e de Graneis de Leixões SA	
Silos de Leixões	Silos de Leixões, unipessoal Lda	
Terminal Produtos Petrolíferos	Petrogal, SA	
Terminal de Granéis Líquido Alimentares	E.D. & F. Man Portugal Lda	APDL- Administração do Porto Douro e Leixões
Terminal Expedição de Cimento a Granel	SECIL - Comp. Geral de Cal e Cimento, SA	
Serviço de Descarga, Venda e Expedição de Pescado	Docapesca - Portos e Lotas SA	
Instalações de Apoio à Navegação de Recreio	Marina de Leixões - Associação de Clubes	
Exploração Turística-Hoteleira	Dourocais - Inv. Imobiliários SA	
Exploração Restaurante e Bar	Companhia de Cervejas Portuárias, SA	
Terminal Sul Aveiro	Socarpur - Soc. De Cargas Portuárias (aveiro), SA	APA – Administração do Porto Aveiro
Serviço de Reboque Aveiro	Tinita - Transportes e Reboques Marítimos, SA	
Terminal de Contentores de Alcântara	Liscont - Operadores de Contentores SA	
Terminal de Contentores de Santa Apolónia	Sotagus - Terminal de Contentores de Santa Apolónia, SA	
Terminal Multipurpose de Lisboa	Transinsular, Transportes Marítimos Insulares, SA	
Terminal Multiusos do Beato	TMB - Terminal Multiusos do Beato Op. Portuárias, SA	
Terminal Multiusos do Poço do Bispo	Empresa de Tráfego e Estiva, SA	APL – Administração do Porto de Lisboa
Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria	SILOPOR - Empresa de Silos Portuários, SA	
Terminal de Granéis Alimentares da Beato	SILOPOR - Empresa de Silos Portuários, SA	
Terminal de Granéis Alimentares de Palença	Sovena Oilseeds Portugal, S.A.	
Terminal do Barreiro	ATLANPORT - Sociedade de Exploração Portuária, SA	
Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro	LBC - TANQUIPOR, S.A.	
Terminal do Seixal - Baía do Tejo	Baía do Tejo, S.A.	
Terminal Multiusos Zona 1	Tersado - Terminais Portuários do Sado, SA	
Terminal Multiusos Zona 2	Sadoport - Terminal Marítimo do Sado, SA	APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra
Terminal de Granéis Sólidos De Setúbal	Sapec - Terminais Portuários, SA	
Terminal de Granéis Liq. De Setúbal	Sapec - Terminais Portuários, SA	
Terminal Contentores de Sines XXI	PSA Sines - Terminal de Contentores, SA	
Terminal Multipurpose de Sines	Portsines - Terminal Multipurpose de Sines, SA	
Terminal de Petroleiro e Petroquímico	Petróleos de Portugal - Petrogal, SA	
Serviço de Reboque e Amarração Sines	Reboport-Soc.Portuguesa Reboques Marítimos, SA	APS – Administração do Porto de Sines
Terminal de Granéis Liq. e Gestão de Resíduos	CLT - Companhia Logística de Terminais Marítimos, SA	

Fonte: Administrações Portuárias

No quadro 6.5 em anexo ao presente boletim são apresentados alguns dados caracterizadores dessas concessões.

4. FLUXOS FINANCEIROS

4.1. Encargos Líquidos Globais

Quadro 4.1.1. Comparação com período homólogo

Parcerias	1T 2009			1T 2010			% Δ 1T 10/09
	Correntes	Reequilíbrios	Total	Correntes	Reequilíbrios	Total	
Rodoviárias	226,4	11,5	237,9	225,7	14,0	239,7	0,8%
Ferrovias	-2,9	65,9	63,0	3,4	0,0	3,4	-94,6%
Saúde	15,2	0,0	15,2	35,9	0,0	35,9	136,2%
Portuárias	-14,8	0,0	-14,8	-14,5	0,0	-14,5	-2,3%
Segurança	11,2	0,0	11,2	12,7	0,0	12,7	13,3%
TOTAL PPP	235,1	77,5	312,6	263,3	14,0	277,3	-11,3%

Fonte: Entidades Gestoras dos projectos
Valores com IVA

Uni: 10⁶ €

Quadro 4.1.2. Grau de realização face à previsão anual

Parcerias	PREVISTO 2010			1T 2010 ACUMULADO			% EXECUÇÃO
	Correntes	Reequilíbrios	Total	Correntes	Reequilíbrios	Total	
Rodoviárias	370,1	89,2	459,2	225,7	14,0	239,7	52,2%
Ferrovias	142,9	0,0	142,9	3,4	0,0	3,4	2,4%
Saúde	180,6	0,0	180,6	35,9	0,0	35,9	19,9%
Portuárias	-62,2	0,0	-62,2	-14,5	0,0	-14,5	23,2%
Segurança	44,3	0,0	44,3	12,7	0,0	12,7	28,7%
TOTAL PPP	675,6	89,2	764,8	263,3	14,0	277,3	36,3%

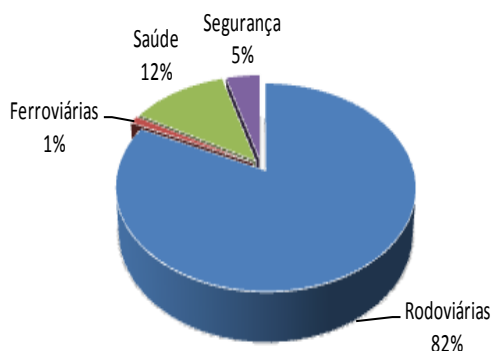
Fonte: Entidades Gestoras dos projectos e Relatório OE 2010
Valores com IVA

Uni: 10⁶ €

Os fluxos financeiros realizados até final do 1.º trimestre de 2010 ascenderam ao montante global de 277,3 milhões de euros, incluindo acertos e reequilíbrios e deduzidas as rendas pagas pelas concessionárias.

No período em análise, no sector portuário apenas está previsto o pagamento de rendas por parte das concessionárias aos respectivos concedentes (Administrações Portuárias).

Gráfico 4.1. Repartição dos encargos do Concedente com PPP no 1º Trimestre 2010



No conjunto dos encargos líquidos pagos no 1º trimestre (excluindo as concessões em zonas portuárias por não haver encargos por conta do concedente), regista-se o peso predominante das concessões rodoviárias (82%), cujos encargos são da responsabilidade da EP. De salientar que este grupo obteve um acréscimo mínimo de 0,8% neste trimestre, face ao período homólogo.

Os encargos com as parcerias da saúde apresentam o maior aumento (136,2%), face ao período homólogo, devido aos encargos decorrentes da gestão do estabelecimento do Hospital de Braga.

Não obstante, os encargos globais no 1º trimestre de 2010 ficaram 11,3% abaixo dos valores registados em igual período de 2009, em parte devido aos encargos extraordinários ocorridos no ano anterior, nomeadamente o reequilíbrio financeiro com o Metro Sul do Tejo.

Face aos valores previstos para 2010, verifica-se que o grau de realização financeira até ao final do 1º trimestre ficou em 36,3% do total.

4.2. Encargos por Sector

4.2.1. Encargos com Concessões Rodoviárias

Quadro 4.2.1.1. Comparação com período homólogo

Concessões	1T 2009			1T 2010			% Δ 1T 10/09
	Correntes	REF	Total	Correntes	REF	Total	
Scut do Algarve (IC4/IP1)	14,9	0,0	14,9	14,8	0,0	14,8	-1,0%
Scut da Beira Interior (IP2/IP6)	48,0	0,0	48,0	42,8	0,0	42,8	-10,9%
Scut Interior Norte (IP3)	38,0	0,0	38,0	40,6	0,0	40,6	6,7%
Scut das Beiras Litoral e Alta (IP5)	56,9	0,0	56,9	52,6	0,0	52,6	-7,5%
Lusoponte	0,0	11,5	11,5	0,0	9,3	9,3	-19,5%
Grande Lisboa	0,0	0,0	0,0	0,0	1,5	1,5	n.a
Autoestrada do Oeste (AEA)	0,0	0,0	0,0	0,0	3,3	3,3	n.a
<u>Vias com Futuras portagens</u>							
Costa de Prata (IC1/IP5)	24,7	0,0	24,7	29,7	0,0	29,7	20,3%
Grande Porto (IP4/IC24)	29,8	0,0	29,8	30,0	0,0	30,0	0,7%
Norte Litoral (IP9/IC1)	14,1	0,0	14,1	15,3	0,0	15,3	8,7%
<u>Outras Vias</u>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	n.a
Total	226,4	11,5	237,9	225,7	14,0	239,7	0,8%

Fonte: Estradas de Portugal SA
REF : Reequilíbrio Financeiro
Valores incluem IVA

Uni: 10⁶ €

Os fluxos ocorridos no trimestre relativos a concessões rodoviárias atingiram 239,7 milhões de euros.

Os desvios positivos mais significativos, face ao período homólogo, verificam-se na Costa de Prata (+20,3%) e Norte Litoral (8,7%) em grande parte devido ao aumento de tráfego nas respectivas concessões e ajustamentos das tarifas.

Dos desvios negativos, salientam-se as concessões Lusoponte (-19,5%) e Beira Interior (-10,9%), no primeiro caso, devido, fundamentalmente, à quebra de tráfego, que contribuiu para a redução das compensações por reequilíbrio financeiro a pagar pelo concedente, e no segundo, pela diminuição das tarifas, resultante do efeito conjugado do aumento de tráfego, e consequente alteração da banda, com a aplicação do IPC, que em 2009 foi negativo.

Quadro 4.2.1.2. Grau de realização face à previsão anual

Concessões	PREVISTO 2010			REAL 1T 2010 ACUM.			% EXECUÇÃO
	Correntes	REF	Total	Correntes	REF	Total	
Scut do Algarve (IC4/IP1)	44,9	0,0	44,9	14,8	0,0	14,8	32,9%
Scut da Beira Interior (IP2/IP6)	137,3	0,0	137,3	42,8	0,0	42,8	31,2%
Scut Interior Norte (IP3)	104,7	0,0	104,7	40,6	0,0	40,6	38,8%
Scut das Beiras Litoral e Alta (IP5)	164,2	0,0	164,2	52,6	0,0	52,6	32,0%
Lusoponte	0,0	20,8	20,8	0,0	9,3	9,3	44,6%
Grande Lisboa	2,5	4,4	7,0	0,0	1,5	1,5	21,1%
Autoestrada do Oeste (AEA)	0,0	26,6	26,6	0,0	3,3	3,3	12,2%
<u>Vias com Futuras portagens</u>							
Scut da Costa de Prata (IC1/IP5)	51,3	0,0	51,3	29,7	0,0	29,7	57,9%
Scut Grande Porto (IP4/IC24)	70,9	0,0	70,9	30,0	0,0	30,0	42,2%
Scut Norte Litoral (IP9/IC1)	33,6	0,0	33,6	15,3	0,0	15,3	45,6%
<u>Outras Vias</u>	0,6	0,0	0,6	0,0	0,0	0,0	n.a
Total	610,1	89,2	699,2	225,7	14,0	239,7	34,3%

Fonte: Relatório OE 2010 e Estradas de Portugal SA

uni: 10⁶ €

REF : Reequilíbrio Financeiro

Valores incluem IVA

Nas concessões rodoviárias, os valores totais dos encargos líquidos ocorridos no 1º trimestre de 2010, representam 34,3% do valor anual previsto, em linha com as previsões, as quais contemplaram a introdução de portagens nas Scut abaixo identificadas (o quadro acima não inclui os fluxos referentes à AE Centro, por o projecto ter sido redefinido visando um melhor aproveitamento de fundos comunitários). Os valores relativos a “Outras vias” inclui essencialmente encargos relativos ao “AE Tunel do Marão” e receitas decorrentes de taxas de gestão de contratos devidas ao concessionário.

4.2.1.3. Quadro de encargos e receitas com concessões a introduzir portagens

Concessões com Futuras Portagens	DESPESA EP (Rendas/Disponibilidade)				RECEITAS EP (Portagens)				ENCARGOS LÍQUIDOS EP			
	Total	1º Pag	2º Pag	3º Pag	Total	1º Pag	2º Pag	3º Pag	Total	1º Pag	2º Pag	3º Pag
Costa de Prata (IC1/IP5)	82,0	29,7	26,1	26,1	30,6	0,0	0,0	30,6	51,3	29,7	26,1	-4,5
Grande Porto (IP4/IC24)	89,4	30,0	29,7	29,7	18,4	0,0	0,0	18,4	70,9	30,0	29,7	11,3
Norte Litoral (IP9/IC1)	54,4	15,3	19,5	19,5	20,8	0,0	0,0	20,8	33,6	15,3	19,5	-1,2
Total	225,7	75,0	75,4	75,4	69,8	0,0	0,0	69,8	155,9	75,0	75,4	5,5

Fonte: Estradas de Portugal SA

Uni: 10⁶ €

Valores incluem IVA.

A receita decorrente da introdução da cobrança directa de portagens em três auto-estradas, actuais *scuts* (Costa de Prata, Grande Porto e Norte Litoral), está estimada em 69,8 milhões de euros e apenas terá impacto a partir de início de Julho, data prevista para a entrada em vigor do novo regime, pelo que só poderá ser comparada com as despesas previstas no 3.º pagamento anual.

4.2.2. Encargos com Concessões Ferroviárias

Quadro 4.2.2.1. Comparação com período homólogo

Concessões	1T 2009			1T 2010			% Δ 1 T 10/09
	Correntes	REF	Total	Correntes	REF	Total	
Eixo Ferroviário Norte Sul	-2,9	0,0	-2,9	-1,9	0,0	-1,9	33,7%
MST-Metro Sul do Tejo	0,0	65,9	65,9	5,3	0,0	5,3	-91,9%
Total	-2,9	65,9	63,0	3,4	0,0	3,4	-94,6%

Fonte: IMTT e Gabinete do Metro Sul do Tejo
Valores incluem IVA.

Uni: 10⁶ €

No trimestre em análise, registou-se unicamente o pagamento do Estado à Concessionária do MST- Metro Sul Tejo. Relativamente à sociedade Fertagus (Eixo Ferroviário Norte-Sul), o Estado beneficiou de uma receita de 1,9 milhões de euros, referente a compensações financeiras previstas (pelo fluxo de tráfego acima do previsto para o caso base), em todo o caso, inferior ao verificado no trimestre homólogo.

Quadro 4.2.2.2 Grau de realização face à previsão anual

Concessões	PREVISTO 2010			1T 2010 ACUM.			% EXECUÇÃO
	Correntes	REF	Total	Correntes	REF	Total	
Eixo Ferroviário Norte Sul	9,7	0,0	9,7	-1,9	0,0	-1,9	-19,8%
MST-Metro Sul do Tejo	17,2	0,0	17,2	5,3	0,0	5,3	30,9%
Total	26,9	0,0	26,9	3,4	0,0	3,4	12,6%

Fonte: Relatório OE 2010, IMTT e Gabinete do Metro Sul do Tejo
Valores incluem IVA.

Uni: 10⁶ €

Em termos acumulados anuais, o valor realizado situa-se apenas em 12,6% do valor previsto para 2010, influenciado pela receita atrás referida do Eixo Ferroviário. Note-se que a parcela de encargos inicialmente prevista no relatório do Orçamento de Estado de 2010 com a nova concessão AVF – Poceirão Caia não foi aqui considerada, por o respectivo contrato, formalizado em Maio de 2010, apenas prever pagamentos do concedente a partir de 2011.

4.2.3. Encargos com Concessões do Sector Saúde

Quadro 4.2.3.1. Comparação com período homólogo

Concessões	1T 2009			1T 2010			% Δ 1º Trimestre 10/09
	Correntes	REF	Total	Correntes	REF	Total	
Centro Medicina Fisica e Reabilit. Sul	1,3	0,0	1,3	1,4	0,0	1,4	2,1%
Centro Atendimento do SNS	2,9	0,0	2,9	3,2	0,0	3,2	10,1%
Hospital de Cascais	11,0	0,0	11,0	10,3	0,0	10,3	-6,0%
Hospital de Braga	n.a	n.a	n.a	21,1	0,0	21,1	n.a
<i>Hospital de Vila Franca de Xira</i>	n.a	n.a	n.a	0,0	0,0	0,0	n.a
Total	15,2	0,0	15,2	35,9	0,0	35,9	136,2%

Fonte: Estrutura de Missão Parcerias da Saúde
Valores incluem IVA.

Uni: 10⁶ €

O sector da saúde é, como já referimos, o que evidencia maior crescimento dos encargos a suportar pelo concedente. Como podemos constatar no quadro anterior, tal deve-se essencialmente à gestão do estabelecimento do Hospital de Braga, com 21,1 milhões de euros.

Saliente-se, por outro lado, o aumento de 10% dos encargos pagos à concessionária do Centro de Atendimento SNS (Saúde 24), face ao período homólogo, devido, essencialmente, ao acréscimo significativo do número de utentes atendidos.

Quadro 4.2.3.2. Grau de realização face à previsão anual

Concessões	PREVISTO 2010			1T 2010 ACUM.			% EXECUÇÃO
	Correntes	REF	Total	Correntes	REF	Total	
Centro Medicina Fisica e Reabilit. Sul	6,9	0,0	6,9	1,4	0,0	1,4	19,5%
Centro Atendimento do SNS	19,8	0,0	19,8	3,2	0,0	3,2	16,1%
Hospital de Cascais	44,3	0,0	44,3	10,3	0,0	10,3	23,3%
Hospital de Braga	93,3	0,0	93,3	21,1	0,0	21,1	22,6%
<i>Hospital de Vila Franca de Xira</i>	16,2	0,0	16,2	0,0	0,0	0,0	0,0%
Total	180,6	0,0	180,6	35,9	0,0	35,9	19,9%

Fonte: Relatório OE 2010 e Estrutura de Missão Parcerias da Saúde
Valores incluem IVA.

Uni: 10⁶ €

O nível de execução global atinge cerca de 20% do orçamentado para o ano de 2010. Os valores mais significativos estão previstos para os novos Hospitais de Braga e Cascais, que em conjunto absorvem 76% dos encargos com as parcerias da saúde previstos no relatório de OE 2010. Relativamente ao Hospital de Vila de Franca de Xira, ainda não foi formalizado o contrato.

4.2.4. Encargos com Concessões em Zonas Portuárias

Quadro 4.2.4.1. Comparação com período homólogo

Sector Portuário	1T 2009			1T 2010			% Δ 1º Trimestre 10/09
	Corrente	REF	Total	Corrente	REF	Total	
Terminal de Contentores de Leixões	-3,34	0,00	-3,34	-3,38	0,00	-3,38	1%
Terminal de Carga a Granel de Leixões	-0,76	0,00	-0,76	-0,62	0,00	-0,62	-19%
Silos de Leixões	-0,03	0,00	-0,03	-0,05	0,00	-0,05	61%
Terminal Produtos Petrolíferos	-1,82	0,00	-1,82	-1,70	0,00	-1,70	-6%
Terminal de Granéis Líquido Alimentares	-0,02	0,00	-0,02	-0,02	0,00	-0,02	0%
Terminal Expedição de Cimento a Granel	-0,17	0,00	-0,17	-0,17	0,00	-0,17	0%
Serviço de Descarga, Venda, Expedição Pescado	-0,02	0,00	-0,02	-0,03	0,00	-0,03	33%
Instalações de Apoio à Navegação de Recreio	-0,01	0,00	-0,01	0,00	0,00	0,00	-100%
Exploração Turística-Hoteleira	-0,12	0,00	-0,12	-0,12	0,00	-0,12	-1%
Exploração Restaurante e Bar	-0,03	0,00	-0,03	-0,03	0,00	-0,03	-4%
Terminal Sul Aveiro	-0,07	0,00	-0,07	-0,09	0,00	-0,09	26%
Serviço de Reboque Aveiro	-0,01	0,00	-0,01	-0,01	0,00	-0,01	3%
Terminal de Contentores de Alcântara	-0,60	0,00	-0,60	-0,62	0,00	-0,62	4%
Terminal de Contentores de Santa Apolónia	-1,69	0,00	-1,69	-1,55	0,00	-1,55	-8%
Terminal Multipurpose de Lisboa	-0,47	0,00	-0,47	-0,31	0,00	-0,31	-34%
Terminal Multiusos do Beato	-0,22	0,00	-0,22	-0,27	0,00	-0,27	22%
Terminal Multiusos do Poço do Bispo	-0,17	0,00	-0,17	-0,23	0,00	-0,23	33%
Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria	-0,20	0,00	-0,20	-0,23	0,00	-0,23	18%
Terminal de Granéis Alimentares da Beato	-0,20	0,00	-0,20	-0,24	0,00	-0,24	21%
Terminal de Granéis Alimentares de Palença	-0,14	0,00	-0,14	-0,20	0,00	-0,20	40%
Terminal do Barreiro	-0,02	0,00	-0,02	-0,02	0,00	-0,02	17%
Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro	-0,05	0,00	-0,05	-0,06	0,00	-0,06	6%
Terminal do Seixal - Baía do Tejo	0,00	0,00	0,00	-0,02	0,00	-0,02	n.a
Terminal Multiusos Zona 1	-0,38	0,00	-0,38	-0,45	0,00	-0,45	17%
Terminal Multiusos Zona 2	-0,72	0,00	-0,72	-0,74	0,00	-0,74	3%
Terminal de Granéis Sólidos De Setúbal	-0,07	0,00	-0,07	-0,09	0,00	-0,09	33%
Terminal de Granéis Liq. De Setúbal	-0,03	0,00	-0,03	-0,03	0,00	-0,03	10%
Terminal Contentores de Sines XXI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	n.a
Terminal Multipurpose de Sines	-1,24	0,00	-1,24	-1,01	0,00	-1,01	-18%
Terminal de Petroleiro e Petroquímico	-0,09	0,00	-0,09	-0,10	0,00	-0,10	4%
Serviço de Reboque e Amarração Sines	-0,19	0,00	-0,19	-0,16	0,00	-0,16	-12%
Terminal de Granéis Liq. e Gestão de Resíduos	-1,93	0,00	-1,93	-1,93	0,00	-1,93	0%
Total	-14,80	0,00	-14,80	-14,46	0,00	-14,46	-2,3%

Fonte: Administrações Portuárias
Valores negativos correspondem a receitas do Concedente

Uni: 10⁶ €

O universo das concessões em zonas portuárias gerou, no período em análise, rendas no montante de 14,5 milhões de euros no 1º trimestre de 2010. Face ao período homólogo representa um decréscimo de 2,3%.

Quadro 4.2.4.2. Grau de realização face à previsão anual

Sector Portuário	PREVISTO 2010			1T 2010			% EXECUÇÃO
	Corrente	REF	Total	Corrente	REF	Total	
Terminal de Contentores de Leixões	-13,14	0,00	-13,14	-3,38	0,00	-3,38	26%
Terminal de Carga a Granel de Leixões	-2,89	0,00	-2,89	-0,62	0,00	-0,62	21%
Silos de Leixões	-0,19	0,00	-0,19	-0,05	0,00	-0,05	24%
Terminal Produtos Petrolíferos	-6,89	0,00	-6,89	-1,70	0,00	-1,70	25%
Terminal de Granéis Líquido Alimentares	-0,09	0,00	-0,09	-0,02	0,00	-0,02	25%
Terminal Expedição de Cimento a Granel	-0,70	0,00	-0,70	-0,17	0,00	-0,17	25%
Serviço de Descarga, Venda, Expedição Pescado	-0,13	0,00	-0,13	-0,03	0,00	-0,03	22%
Instalações de Apoio à Navegação de Recreio	-0,03	0,00	-0,03	0,00	0,00	0,00	0%
Exploração Turística-Hoteleira	-0,48	0,00	-0,48	-0,12	0,00	-0,12	25%
Exploração Restaurante e Bar	-0,11	0,00	-0,11	-0,03	0,00	-0,03	25%
Terminal Sul Aveiro	-0,21	0,00	-0,21	-0,09	0,00	-0,09	41%
Serviço de Reboque Aveiro	-0,08	0,00	-0,08	-0,01	0,00	-0,01	11%
Terminal de Contentores de Alcântara	-7,03	0,00	-7,03	-0,62	0,00	-0,62	9%
Terminal de Contentores de Santa Apolónia	-6,99	0,00	-6,99	-1,55	0,00	-1,55	22%
Terminal Multipurpose de Lisboa	-1,01	0,00	-1,01	-0,31	0,00	-0,31	31%
Terminal Multiusos do Beato	-0,86	0,00	-0,86	-0,27	0,00	-0,27	32%
Terminal Multiusos do Poço do Bispo	-0,74	0,00	-0,74	-0,23	0,00	-0,23	31%
Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria	-0,69	0,00	-0,69	-0,23	0,00	-0,23	34%
Terminal de Granéis Alimentares da Beato	-0,71	0,00	-0,71	-0,24	0,00	-0,24	34%
Terminal de Granéis Alimentares de Palença	-0,57	0,00	-0,57	-0,20	0,00	-0,20	35%
Terminal do Barreiro	-0,10	0,00	-0,10	-0,02	0,00	-0,02	22%
Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro	-0,25	0,00	-0,25	-0,06	0,00	-0,06	22%
Terminal do Seixal - Baía do Tejo	-0,03	0,00	-0,03	-0,02	0,00	-0,02	45%
Terminal Multiusos Zona 1	-1,60	0,00	-1,60	-0,45	0,00	-0,45	28%
Terminal Multiusos Zona 2	-3,08	0,00	-3,08	-0,74	0,00	-0,74	24%
Terminal de Granéis Sólidos De Setúbal	-0,31	0,00	-0,31	-0,09	0,00	-0,09	30%
Terminal de Granéis Liq. De Setúbal	-0,11	0,00	-0,11	-0,03	0,00	-0,03	25%
Terminal Contentores de Sines XXI	-0,23	0,00	-0,23	0,00	0,00	0,00	0%
Terminal Multipurpose de Sines	-4,20	0,00	-4,20	-1,01	0,00	-1,01	24%
Terminal de Petroleiro e Petroquímico	-0,38	0,00	-0,38	-0,10	0,00	-0,10	25%
Serviço de Reboque e Amarração Sines	-0,70	0,00	-0,70	-0,16	0,00	-0,16	24%
Terminal de Granéis Liq. e Gestão de Resíduos	-7,71	0,00	-7,71	-1,93	0,00	-1,93	25%
Total	-62,21	0,00	-62,21	-14,46	0,00	-14,46	23%

Fonte: Administrações Portuárias

Uni: 10⁶ €

Valores negativos correspondem a receitas do Concedente

Os encargos líquidos negativos, correspondem a receita para o Concedente portuário e atingiram no 1º trimestre de 2010, 23% do orçamentado para o ano. O sector portuário prevê facturar com estas concessões, no corrente ano, cerca de 62 milhões de euros.

4.2.5. Encargos com outras Concessões

Quadro 4.2.5.1. Comparação com período homólogo

Concessão	1T 2009			1T 2010			% Δ 1º Trimestre 10/09
	Correntes	REF	Total	Correntes	REF	Total	
SIRESP - Sistema Integrado de Rede Emergência e Segurança	11,2	0,0	11,2	12,7	0,0	12,7	13,3%
Total	11,2	0,0	11,2	12,7	0,0	12,7	13,3%

Fonte: MAI/DGIE

Uni: 10⁶ €

Valores incluem IVA.

No período em análise registou-se um crescimento dos pagamentos do concedente face ao período homólogo (+13,3%). O valor pago no primeiro trimestre de 2010 (12,7 milhões de euros)

corresponde a 28,7% do valor anual previsto, o que corresponde ao grau de realização previsto no período.

Quadro 4.2.5.2. Grau de realização face à previsão anual

Concessões	PREVISTO 2010			1T 2010 ACUM.			% EXECUÇÃO
	Corrente	REF	Total	Corrente	REF	Total	
SIRESP - Sistema Integrado de Rede Emergência e Segurança	44,3	0,0	44,3	12,7	0,0	12,7	28,7%
Total	44,3	0,0	44,3	12,7	0,0	12,7	28,7%

Fonte: Relatório OE 2010 e MAI/DGIE
Valores incluem IVA.

Uni: 10⁶ €

5. NOTAS FINAIS

Entre os factos mais relevantes ocorridos já no 2.º Trimestre de 2010 até à data de elaboração do presente Boletim Informativo, destacam-se:

- **27 de Abril** - Publicação da RCM n.º33/2010 que aprova a **minuta do contrato de concessão do projecto, de construção, de financiamento, de manutenção e de disponibilização, por todo o período da concessão, da Concessão RAV Poceirão-Caia**, da ligação ferroviária de alta velocidade entre Lisboa e Madrid. Esta parceria público-privada tem previsto um período da concessão de 40 anos. Refira-se ainda que está assegurado o financiamento comunitário proveniente do Fundo de Coesão/Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e de Fundos da Rede Transeuropeia de Transportes, para a infraestrutura ferroviária, prevendo-se também uma comparticipação financeira do parceiro público correspondente a 31% do investimento.
- **15 de Abril** - Resolução do Conselho de Ministros que aprova a **minuta do contrato de concessão do serviço público aeroportuário** de apoio à aviação civil a celebrar entre o Estado Português e a ANA Aeroportos de Portugal, S. A., que tem por objecto o estabelecimento, o desenvolvimento, a gestão e a manutenção das infra-estruturas aeroportuárias dos aeroportos de Lisboa, Porto, Faro, Ponta Delgada, Santa Maria, Horta, Flores e do Terminal Civil de Beja. A ANA, S. A., fica responsável pela promoção das actividades de concepção, de projecto, de construção, de financiamento, de exploração, de gestão e de manutenção do Novo Aeroporto de Lisboa, assegurando a sua entrada em funcionamento até 31 de Dezembro de 2017.
- **28 de Abril** – Foi assinado o contrato da Concessão Pinhal Interior, com o consórcio liderado pela Ascendi, da Mota-Engil e do BES, que lhe tinha sido adjudicado provisoriamente em Janeiro.
- **8 de Maio** – Foi assinado o contrato de adjudicação do troço da linha ferroviária de alta velocidade entre Poceirão e Caia do eixo Lisboa – Madrid, cuja cobertura financeira dos investimentos nas infra-estruturas a construir será assegurada por fundos comunitários (41%), Banco Europeu de Investimento (36%), Estado (10%) e o remanescente pelos promotores e banca comercial.

6. ANEXOS

Quadro 6.1. Concessões Transportes

6.1.1. Sector Rodoviário em Exploração

Investimento (preços correntes, sem IVA)				
Sector Rodoviário	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento Caso Base M€
Concessão Lusoponte	Lusoponte,SA	1995	30	867,0
Concessão Norte	AENOR,SA	1999	36	879,2
Concessão Oeste	A-E Atlantico,SA	1999	30	453,5
Concessão Brisa	Brisa	2000	35	2.623,8
Concessão Litoral Centro	Brisal, SA	2004	30	550,7
Concessão Scut da Beira Interior (IP2/IP6)	ScutVias,SA	1999	30	628,3
Concessão Scut da Costa de Prata (IC1/IP5)	LusoScut Costa de Prata,SA	2000	30	320,7
Concessão Scut do Algarve (IC4/IP1)	EuroScut,SA	2000	30	228,5
Concessão Scut Interior Norte (IP3)	NorScut,SA	2000	30	504,1
Concessão Scut das Beiras Litoral e Alta (IP5)	LusoScut Beiras Litoral e Alta,SA	2001	30	718,4
Concessão Scut Norte Litoral (IP9/IC1)	EuroScut Norte,SA	2001	30	318,6
Concessão Scut Grande Porto (IP4/IC24)	LusoScut,SA	2002	30	492,5
Concessão Grande Lisboa	LusoLisboa,SA	2007	30	180,0
Fonte: Estradas de Portugal SA	Investimento em construção e expropriações			8.765,3

6.1.2. Sector Rodoviário em Construção

Investimento (preços correntes, sem IVA)				
Sector Rodoviário	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento Caso Base M€
Sub-concessão Douro Litoral	AEDL,SA	2007	27	777,7
Sub-concessão AE Transmontana	A-E 21, SA	2008	30	535,9
Sub-concessão Douro Interior	Aenor Douro,SA	2008	30	641,7
Sub-concessão Tunel do Marão	A-E Marão,SA	2008	30	348,2
Sub-concessão Baixo Alentejo	SPER SA	2009	30	381,9
Sub-concessão Baixo Tejo	AEBT,SA	2009	30	270,1
Sub-concessão Litoral Oeste	AELO, SA	2009	30	443,6
Sub-concessão Algarve Litoral	Rotas do Algarve Litoral, SA	2009	30	165,1
Concessão de Gestão Sist.Identificação Electrónico	SIEV - Sist. Id. Elect. de Veículos, SA	2009	25	n.a.
Fonte: Estradas de Portugal SA	Investimento em construção e expropriações			3.564,2
	<i>n.a. - não aplicado</i>			

6.1.3. Sector Ferroviário em Exploração

Investimento (preços correntes, sem IVA)				
Sector Ferroviário	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento Estimativa M€
Metro Sul Tejo (1)	MTS,SA	2001	30	268,7
Transp. Ferroviário eixo-norte/sul (2)	Fertagus,SA	1999	11	900,0
Fonte: IMTT e Gabinete do MTS	(1) Investimento em Infraestruturas suportada pelo Estado			
	(2) Estimativa do Investimento realizado pela REFER			

Quadro 6.2. Concessões do Sector da Saúde

Investimento (preços correntes, sem IVA)

Sector Saúde	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento Caso Base M€	
Gestão do Centro de Atendimento do SNS	LCS,SA	2006	4	4,0	E
Gestão Centro Medicina Física Reabilitação Sul	GP Saúde	2006	7	3,0	E
Gestão do H. Braga - Ent. Gestora do Edifício	Escala Braga, Gestora do Edifício SA	2009	30	122,0	C
Gestão do H. Braga - Ent. Gestora Estabelecimento	Escala Braga, Gestora do Estabelecimento SA	2009	10	11,3	E
Gestão H. Cascais-Ent. Gestora Estabelecimento	HPP,SA	2008	10	16,0	E
Gestão H. Cascais - Ent. Gestora do Edifício	TDHOSP,SA	2008	30	56,0	E
Gestão H. Loures-Ent. Gestora Estabelecimento	SGHL - Soc. Gestora do Hospital de Loures SA	2009	10	29,3	C
Gestão H. Loures - Ent. Gestora do Edifício	HL – Sociedade Gestora do Edifício SA	2009	30	84,6	C

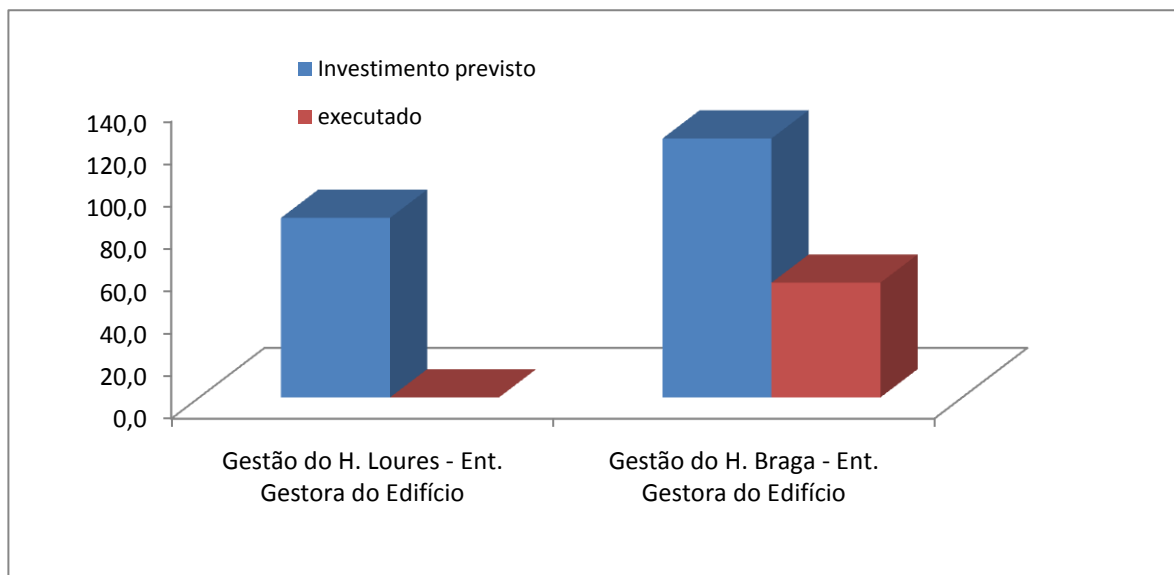
Investimento em construção e expropriações /equipamento inicial hospitalar

Fonte: Estrutura de Missão Parcerias da Saúde

Obs: E - Exploração C - Construção

Gráfico 6.1. Investimentos em curso das Parcerias da Saúde

(Novos edifícios hospitalares M € - Investimento previsto vs executado)



Quadro 6.3. Concessões do Sector Ambiental (Em exploração)

Investimento total (preços correntes, sem IVA)

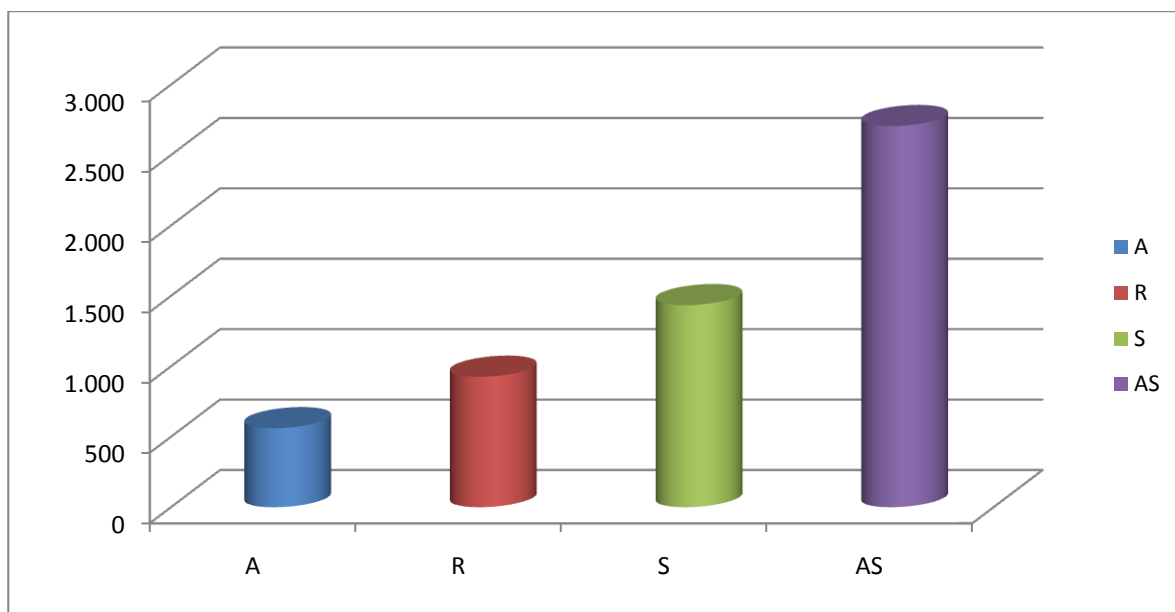
Sector Ambiente (Águas, Saneamento e Resíduos)	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento Caso Base M€	
Águas do Cávado	Águas do Cávado, SA	1995	30	108,2	A
Águas do Centro Alentejano	Águas do Centro Alentejano, SA	2003	30	75,8	AS
Águas do Douro e Paiva	Águas do Douro e Paiva, SA	1996	30	452,7	A
Águas do Oeste	Águas do Oeste, SA	2001	30	294,8	AS
Águas de Santo André	Águas de Santo André, SA	2001	30	130,3	AS
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro	Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, SA	2001	30	418,4	AS
Águas do Algarve	Águas do Algarve, SA	2001	30	457,3	AS
Águas do Ave	Águas do Ave, SA	2003	33	376,0	AS
Águas do Centro	Águas do Centro, SA	2001	30	177,0	AS
Águas do Minho e Lima	Águas do Minho e Lima, SA	2000	30	164,8	AS
Águas do Mondego	Águas do Mondego, SA	2004	35	232,0	AS
Águas do Norte de Alentejano	Águas do Norte de Alentejano, SA	2001	30	93,8	AS
Águas do Zézere e Côa	Águas do Zézere e Côa, SA	2000	30	286,0	AS
Algar	Algar, SA	1996	25	60,7	R
Amarsul	Amarsul, SA	1997	25	70,1	R
Ersuc	Ersuc, SA	1997	25	87,7	R
Resinorte	Resinorte - valorização e trat. resíduos sólidos, SA	2009	30	190,8	R
Resiestrela	Resiestrela, SA	2008	30	34,1	R
Resioeste	Resioeste, SA	1998	25	37,0	R
Resulima	Resulima, SA	1996	25	31,6	R
Suldouro	Suldouro, SA	1996	25	52,9	R
Valnor	Valnor, SA	2001	29	24,8	R
Valorlis	Valorlis, SA	1996	25	31,0	R
Valorminho	Valorminho, SA	1996	25	14,1	R
Valorsul	Valorsul, SA	1995	25	291,5	R
Sanest	Sanest, SA	1995	25	201,6	S
Simarsul	Simarsul, SA	2004	30	235,9	S
Simlis	Simlis, SA	2000	30	75,0	S
Simria	Simria, SA	2000	30	313,7	S
Simtejo	Simtejo, SA	2001	30	536,3	S
Simdouro	Simdouro - Saneamento do Grande Porto, S. A	2009	50	72,0	S

Fonte: Águas de Portugal, SA

A - Abastecimento S - Saneamento

R - Resíduos

Gráfico 6.2. Investimentos das Concessões do Sector Ambiental (M €)



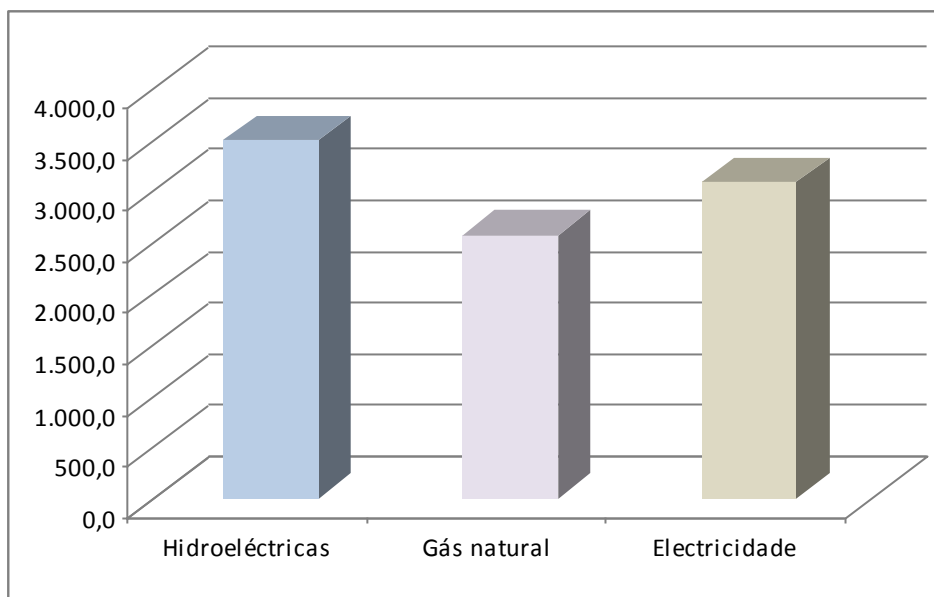
Obs: A – Abastecimento de Água; R - Resíduos; S – Saneamento; AS – Abastecimento e Saneamento

Quadro 6.4. Concessões do Sector Energético

Sector Hídrico	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento Estimativa M€	
Barragem de Foz Tua	EDP	2008	75	340,0	C
Barragens de Gouvães, Padreselos, Alto Tâmega, Daivões	IBERDROLA	2008	65	1.700,0	C
Barragens do Fridão e Alvito	EDP	2008	65	510,0	C
Barragem Baixo Sabor	EDP	2008	65	257,0	C
Barragem Girabolhos	ENDESA	2008	65	360,0	C
Barragem do Alqueva	EDP	2008	35	339,0	E
Sector ENERGIA - GÁS NATURAL	Concessionário	Ano	Prazo	Activo fixo Líquido (2008) M€	
Armaz. Subterrâneo de Gás Natural (Guarda)	Transgás Armazenagem, SA	2006	40	29,3	E
Distribuição Regional de Gás Natural (Lisboa)	Lisboagás GDL Soc. Dist. Gás Natural de Lisb	2008	40	578,0	E
Distribuição Regional de Gás Natural (Centro)	Lusitaniagás - Comp. Gás do Centro, SA	2008	40	289,3	E
Distribuição Regional de Gás Natural (Setúbal)	Setgás - Soc. Prod. Distrib. Gás, SA	2008	40	159,8	E
Distribuição Regional de Gás Natural (Porto)	Portgás - Soc. Prod. Distrib. Gás, SA	2008	40	307,4	E
Armaz. Regasificação de Gás Natural (Sines)	REN Atlântico, SA	2006	40	212,0	E
Armaz. Subterrâneo Gás Natural (Guarda, Pombal)	REN Armazenagem, SA	2006	40	114,9	E
Distribuição Regional de Gás Natural (Beiras)	Beiragás- Companhia Gás das Beiras, SA	2008	40	69,2	E
Distribuição Regional de Gás Natural (Vale do Tejo)	Tagusgás - Empresa Gás Vale do Tejo, SA	2008	40	66,5	E
Gestão Rede Nacional Transporte de Gás Natural	REN Gasodutos, SA	2006	40	753,0	E
Sector ENERGIA - ELECTRICIDADE	Concessionário	Ano	Prazo	Activo fixo Líquido (2008) M€	
Rede Eléctrica Nacional	REN-Rede Eléctrica Nacional, SA	2007	50	1.291,7	E
Exploração da Rede Nac. Distribuição de elect.	EDP-Distribuição Energia, SA	2006	35	1.808,3	E

Fonte: ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

Gráfico 6.3. Investimentos por subsectores (M €)



Quadro 6.5. Concessões Portuárias

Listagem das concessões (31.03.2010)

Investimento total (preços correntes, sem IVA)

Sector Portuário	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento Estimativa M€
Terminal de Contentores de Leixões	Terminal de Contentores de Leixões SA	2000	25	68,6
Terminal de Carga a Granel de Leixões	Terminal de Carga Geral e de Graneis de Leixões SA	2001	25	42,8
Silos de Leixões	Silos de Leixões, unipessoal Lda	2007	25	6,2
Terminal Produtos Petrolíferos	Petrogal, SA	2006	25	n.d.
Terminal de Granéis Líquido Alimentares	E.D. & F. Man Portugal Lda	2001	15	n.d.
Terminal Expedição de Cimento a Granel	SECIL - Comp. Geral de Cal e Cimento, SA	2001	15	n.d.
Serviço de Descarga, Venda e Expedição de Pescado	Docapesca - Portos e Lotas SA	1995	25	n.d.
Instalações de Apoio à Navegação de Recreio	Marina de Leixões - Associação de Clubes	1985	25	n.d.
Exploração Turística-Hoteleira	Dourocals - Inv. Imobiliários SA	2001	20	n.d.
Exploração Restaurante e Bar	Companhia de Cervejas Portuárias, SA	2000	20	n.d.
Terminal Sul Aveiro	Socarpor - Soc. De Cargas Portuárias (aveiro), SA	2001	25	6,3
Serviço de Reboque Aveiro	Tinita - Transportes e Reboques Marítimos, SA	2004	10	2,8
Terminal de Contentores de Alcântara	Liscont - Operadores de Contentores SA	1985	57	362,2
Terminal de Contentores de Santa Apolónia	Sotagus - Terminal de Contentores de Santa Apolónia, SA	2001	20	60,8
Terminal Multipurpose de Lisboa	Transinsular, Transportes Marítimos Insulares, SA	1995	15	n.p.
Terminal Multiusos do Beato	TMB - Terminal Multiusos do Beato Op. Portuárias, SA	2000	20	7,3
Terminal Multiusos do Poço do Bispo	Empresa de Tráfego e Estiva, SA	2000	20	3,3
Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria	SILOPOR - Empresa de Silos Portuários, SA	1995	30	n.p.
Terminal de Granéis Alimentares da Beato	SILOPOR - Empresa de Silos Portuários, SA	1995	30	n.p.
Terminal de Granéis Alimentares de Palença	Sovena Oilseeds Portugal, S.A.	1995	30	n.p.
Terminal do Barreiro	ATLANPORT - Sociedade de Exploração Portuária, SA	1995	30	n.p.
Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro	LBC - TANQUIPOR, S.A.	1995	30	n.p.
Terminal do Seixal - Baía do Tejo	Baía do Tejo, S.A.	1995	30	n.p.
Terminal Multiusos Zona 1	Tersado - Terminais Portuários do Sado, SA	2004	20	11,9
Terminal Multiusos Zona 2	Sadoport - Terminal Marítimo do Sado, SA	2004	20	13,7
Terminal de Granéis Sólidos De Setúbal	Saptec - Terminais Portuários, SA	1995	25	6,0
Terminal de Granéis Liq. De Setúbal	Saptec - Terminais Portuários, SA	2003	25	3,7
Terminal Contentores de Sines XXI	PSA Sines - Terminal de Contentores, SA	1999	30	336,5
Terminal Multipurpose de Sines	Portsines - Terminal Multipurpose de Sines, SA	1992	25	103,6
Terminal de Petróleo e Petroquímico	Petróleos de Portugal - Petrogal, SA	2003	10	n.d.
Serviço de Reboque e Amarração Sines	Reboport-Soc.Portuguesa Reboques Marítimos, SA	2002	20	n.d.
Terminal de Granéis Liq. e Gestão de Resíduos	CLT - Companhia Logística de Terminais Marítimos, SA	2008	30	n.d.

Fonte: Administrações Portuárias

n.p. - não previsto; n.d. - não disponível

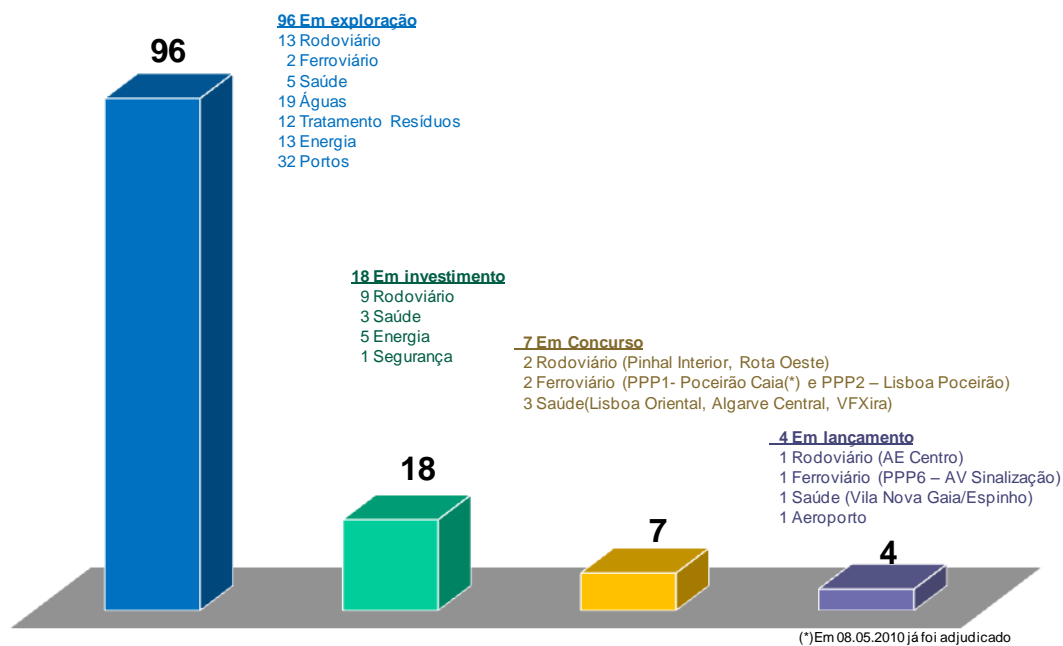
Quadro 6.6. Outras Concessões

Investimento (preços correntes, sem IVA)

Sector Segurança Interna	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento Caso Base M€
SIRESP	SIRESP - Redes digitais de Seg. e Emergência	2002	20	112,0

Obs: Investimento em infraestruturas e equipamento inicial

Gráfico 6.4. Parcerias Público-Privadas acompanhadas pelo GASEPC



Nota: O gráfico reflecte a situação no final do 1.º trimestre de 2010. Entretanto a concessão PPP1 Poceirão – Caia foi adjudicada, em Maio de 2010, tendo passado por isso para a fase de investimento.